

A EDUCAÇÃO E O TRABALHO NUM TEMPO DE CRISE

Edmée Nunes Salgado*

Abstract

This article analyzes relations among work, employment, vocational training, and education. It raises doubts concerning the linkages between educational processes and the world of production. It points to the need to promote human development in which work is inherent to individuals' existential trajectory. Educational processes should not be planned to meet specific corporate interests, it argues. On the contrary, they should take into account working relations, its complexity, significance, and importance. The article discusses efforts made by vocational training institutions, such as SENAC, in reanalyzing the meaning and scope of their programs, seeking to qualify individuals using scientific and technological knowledge which is the basis of human activities.

Keywords: Education; Vocational Education; Employment; Work.

O homem como ser do universo constrói a sua existência na capacidade maior ou menor de dominar esse mesmo universo. É pelo construir, reconstruir e encontrar novas formas de se impor ao meio ambiente que os humanos chegaram a estágios mais complexos e alcançaram novos instrumentos de equilíbrio na natureza. O trabalho faz parte da essência do homem, quer entendido como castigo divino – comerás o pão com o suor do teu rosto – ou como instrumento de autorealização.

O trabalho evoluiu de processos simples e de maior expressão individual para processos altamente complexos e impessoais. Essa tecnificação geral da existência, como diz Echevarria, se fez presente em todas as manifestações da atividade humana. A tecnologia veio provocar uma nova abordagem do homem dentro das relações do trabalho e uma série de reinterpretações do próprio fenômeno educacional.

Pelo que se observa não há indicadores confiáveis que possam levar a qualquer tipo de conclusão. Sabe-se, sem qualquer dúvida, que a pessoa melhor instruída participa e compartilha o patrimônio cultural da humanidade, mantém-se informada, integra-se à sociedade e dispõe de recursos para se aperfeiçoar e se desenvolver. As dúvidas existentes são em que medida esses benefícios são adquiridos e quais relações de causa e efeito inerentes ao processo.

A questão pareceria mais simples se outras determinantes não agissem sobre os diferentes estratos sociais. Sabe-se, por exemplo, que o tipo de instrução do indivíduo encaminha ao ingresso em determinados postos de trabalho. Sabe-se, também, que o não atingimento de determinados níveis escolares limita sobre maneira as perspectivas de emprego. O que se revela são determinados estereótipos impeditivos de acessos, haja visto o rigor com que se relaciona o processo seletivo a níveis de escolaridade atingidos pelas pessoas.

Estudos feitos na área do Rio de Janeiro e São Paulo mostram que os processos seletivos das empresas exigem requisitos mais vigorosos de educação geral. É o caso, por exemplo, de pesquisa realizada por Castro e Souza em 1974.¹ Evidencia-se, sobre modo, a discriminação social dessa exigência, na medida em que as populações menos favorecidas são as mais atingidas pela privação educacional dificuldades de acesso à escola, falta de recursos de deslocamento, distância social etc.

Essas incongruências sociais, aliadas ao forte sintoma recessivo do emprego, explicam o significativo número de pessoas de nível superior e médio que ocupam funções para as quais não necessariamente exigiram-se a bagagem de conhecimentos adquiridos. Disto advém que para as camadas de apenas 3 a 4 séries escolares poucas opções de trabalho são oferecidas no setor organizado, restando, apenas, algumas ocupações marcadas por preconceitos históricos.

As interpretações da relação trabalho, emprego e educação são muitas. Claudio Salm estudando o fenômeno afirma que, a seu ver, a raiz do problema da educação está na sua crescente desvinculação do mundo do trabalho e não, como queremos críticos, na subordinação da escola aos interesses da empresa.

Olhando sob esse prisma de subordinação, realmente cabe questionar até que ponto a educação formal deve ser planejada para responder aos interesses do mundo empresarial. De outro lado, não parece defensável que a educação desconheça e se afaste das relações do trabalho, de sua complexidade, significado e importância.

O que se comprova na realidade das empresas de comércio e serviços é que, na maioria dos postos de trabalho, as pessoas possuem níveis escolares satisfatórios. Nas empresas industriais as exigências de escolaridade são menores. Talvez pelo fato de que, na indústria, as ocupações são as do tipo “blue collar”, estruturada sem linha de produção e onde o uso das máquinas e das mãos como que explicam o pouco uso da capacidade de pensar.

Parece um tanto difícil se chegara a qualquer conclusão nas relações atuais de educação e trabalho. Contudo, é de

muita importância que se analise o Comportamento do sistema educacional e que se procure descobrir de que forma a sociedade pode responder às distorções comprovadas de imensos contingentes de pessoas não alfabetizadas, semi analfabetos e evadidas da escola que, naturalmente, têm de ingressar no mercado produtivo. Os críticos da educação, acertadamente, desvelam a questão crucial. A preparação para o trabalho, o treinamento, o ensino profissional escondem uma questão maior que é o barateamento da força de trabalho, a fragmentação ocupacional e o alinhamento do trabalhador às descrições de tarefas e perfis estabelecidas pelo sistema produtivo.

O estudo das teorias econômicas clássicas que procuravam explicar o papel do trabalho na produção e sua relação com a riqueza, acabou por aprofundar as dúvidas sobre a educação e trabalho. Até que ponto se pode limitar o processo educacional a respostas ao mundo da produção quando o próprio valor do trabalho está sendo fragilizado perante a sociedade?

Adam Smith, Marx e tantos outros estudiosos apontam o trabalho como a verdadeira riqueza da humanidade em que pese o capitalismo ter transferido para a mercadoria, e não para o trabalho humano, todo o sentido da produção.

O processo educativo, enquanto veículo social através do qual se pretende desenvolver o homem em todas as suas dimensões e potencialidades, não deve ser estreitado aos parâmetros limitadores da atividade produtiva e não pode ser vista como manancial que responde aos apelos nitidamente econômicos da sociedade.

A evolução científica e tecnológica que deu origem à revolução industrial do século passado e que provocou o trabalho fragmentário, rotineiro e sem individualização revela-se, hoje, como encaminhadora de outro tipo de exigência. Pretende-se nos dias atuais o homem maleável, adaptável e criativamente preparado para enfrentar as mudanças e pronto para se adaptar a novos conhecimentos, novos campos de atividades e novos estímulos gerados pela sociedade universal.

É como afirma Manheim:

“a própria sociedade dinâmica não pode enfrentar a grande variedade de problemas como aparecem no cenário em permanente mudanças sem apelar para um grande reservatório de indivíduos que evoluíram para além da conformidade e que estão sempre aptos a produzir respostas inesperadas quando se tornam obsoletas as formas tradicionais de ajustamento”²

A CRISE DA EDUCAÇÃO FORMAL E OS SEUS REFLEXOS

A educação existe, como já se afirmou, para promover o desenvolvimento do homem e para torná-lo participante e construtor dos bens da sociedade.

A amplitude conceitual do fenômeno educativo permite considerá-lo como processo aberto, assistemático e em nível de consciência irrefletida como, também, pode ser um processo objetivado, formalizado, sistemático e intencional.

A educação formal e acadêmica vem apresentando índices de desempenho bastante discutíveis nas sociedades menos desenvolvidas. A compreensão clara do tipo de homem que queremos produzir parece idéia ainda difusa e imprecisa. Um dado conhecido dessa indefinição são as sucessivas alterações dos textos legais e as incongruências conceituais muito evidentes.

Enfim, sabe-se que a educação de forma sistemática implica criar condições ideais para o desenvolvimento das pessoas, favorecendo o processo de maturação e provocando a inserção dos indivíduos na sociedade do seu tempo e na cultura universal.

Alguns condicionantes básicos desse processo são os anos de permanência no sistema, os contatos e a comunicação entre os indivíduos, o nível de domínio da informação e o desenvolvimento da percepção crítica. Rigorosamente, o processo que não preencher ou não atingir mesmo parcialmente esses indicadores não se deveria chamar educativo.

Neste ponto surgem algumas perplexidades diante de dados disponíveis. A cada dia o tempo de permanência dos indivíduos no processo educacional escolar se torna menor. Enquanto nos países desenvolvidos as pessoas permanecem maior número de anos no processo escolar, no caso brasileiro os índices de evadidos e expelidos pelo sistema atingem cifras aterradoras.

Nos dados fornecidos pela Secretariade Ensino de 1º e 2º graus do Ministério da Educação e Cultura, as perdas do sistema são assustadoramente reveladas (ver Tabela I).

TABELAI

Ano	1º. Grau Regular		2º. Grau Regular
	Iniciaram	Terminaram	Terminaram
	1ª série	8ª série	3ª série
1960-1971	100%	8,6%	6,30%
1962-1973	100%	9,7%	6,90%
1964-1975	100%	10,7%	8,00%
1966-1977	100%	13,9%	9,30%
1968-1979	100%	17,2%	9,60%
1970-1981	100%	17,2%	

Fonte: SEEC/MEC/SESU

As vivências e contatos promovidos pela escola estão a cada dia mais insignificantes. O fato concreto é que essas relações estão restritas a alunos-docentes e alunos-alunos em ambiente de sala de aula. As atividades curriculares complementares como excursões, visitas, pesquisas de campo, jogos e competições são raras ou inexistentes.

Como se poderá promover o homem se pouco se faz para torná-lo mais capaz e mais conhecedor dos elementos de sua circunstância a fim de que possa intervir e transformar a realidade que o cerca?

Os fatos comprovados e bastante conhecidos dos educadores são os baixos índices de eficiência da educação formal e acadêmica. Isto somado a problemas de ordem econômica da população leva a uma total descrença nos efeitos das mudanças sociais via escola. Para onde se encaminham as pessoas que deixam a escola?

Provavelmente para o trabalho. Mas que trabalho? Que atividades podem desempenhar pessoas sem escolaridade básica e que procuram sobreviver e produzir renda de forma rápida e imediata?

A População Economicamente Ativa, pelos dados de 1980 (IBGE), é constituída de 46% de trabalhadores com menos de três anos de escolaridade ou analfabetos. (ver Tabela II).

TABELA II

PIRÂMIDE EDUCACIONAL

DA PEA = 10 a 64 ANOS
1980

PEA = 44.000.000 de PESSOAS

6% - 3º Grau
10% - 2º Grau
38% - 1º Grau (4 a 8 anos)
21% - 1º Grau (1 a 3 anos)
25% - Analfabeta

Meio Urbano - 30.000.000

Meio Rural - 14.000.000

Setor Terciário - 44,5%

Fonte: IBGE / Anuário Estatístico / 1980

A análise dos dados de escolaridade dos que já trabalham, somada à da ineficiência do ensino de 1º e 2º graus, leva à triste constatação de que viraremos o ano 2000 sem grandes perspectivas de melhoria da qualidade de desempenho do trabalhador e sem condições de enfrentamento dos desafios tecnológicos que já se consolidam. A responsabilidade dos sistemas complementares de educação, entendidos os de formação profissional, de treinamento e capacitação de trabalhadores, se torna grave. Talvez isto explique algumas das inseguranças nas ações que esses sistemas desenvolvem. Talvez disto advenham as críticas que esses sistemas vêm recebendo de estudiosos e analistas do processo educacional. Esses analistas, de um modo geral, pensando em termos de educação acadêmica, pretendem visualizar nas ações desses organismos a educação humanística, exatamente aquela que o sistema educacional regular, com mais tempo e com mais recursos, não está conseguindo responder. Senac, Senai, Secretarias de Trabalho e Serviço Social dos Estados, Secretaria de Mão-de-obra etc. lançam-se na revisão de suas políticas tentando abrigar sob suas égides as responsabilidades educacionais dos trabalhadores e dos candidatos ao trabalho. Sente-se a preocupação em torno de amplos programas de educação geral e culturais encontros, debates, simpósios etc.

O problema educacional, como sabemos, transcende a idades e fases da existência do homem. Contudo, determinados equipamentos intelectuais e culturais deveriam ser aquisições gradativas no processo evolutivo, de tal forma que o indivíduo, na idade adulta, pudesse estar verdadeiramente “acordado no mundo”, como afirma Paul Legrand.³ Castro e Souza⁴ na pesquisa que desenvolvem sobre mão-de-obra industrial no Brasil, no item Classe Social e Determinantes de Educabilidade, afirmam que existe evidência de que há considerável diferença no desenvolvimento cognitivo que pode ser associado a diferenças ambientais. Apesar dessa afirmativa, o problema é apontado como bastante polêmico pelos próprios autores.

Caberia discutir a questão educacional não como um programa emergencial e compensatório, tratado de forma simplista e leviana, como geralmente se observa nos programas de educação de adultos. A educação regular e humanista deve ser uma conquista de toda a sociedade promovida desde os primeiros anos da infância até a vida adulta. Por ela se promove o nível de consciência das pessoas, se situa o indivíduo em seu meio e no seu tempo e se desenvolvem potenciais e competências físicas, psicológicas e emotivas. O fator trabalho entrará nesse contexto como um complemento e como um dos planos do projeto de existência de cada indivíduo.

A CONTROVERTIDA QUESTÃO DA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

Parecem definitivamente superadas as teorias e a variada literatura em torno da idéia do capital humano. Definir composição ocupacional, investir em mão-de-obra, prever necessidades de formação e esperar taxas de retorno deixaram de ser a preocupação central, pelo menos revelada, dos planejadores do “manpower approach”. As

influências dessas teorias alteraram substancialmente o papel definido para a educação. Impulsionadas por essa corrente, Leis de Ensino foram aprovadas e imensos debates passaram a ocupar os espaços dos educadores. Pelo que temos conhecimento, nunca se produziram tantos trabalhos de análise e crítica da educação e nunca tantas pesquisas foram realizadas. A reforma de ensino, mais precisamente a Lei 5.692/71,⁵ forçou a tomada de posição dos educadores e veio a comprovar, segundo Cláudio Salm, “que as organizações empresariais não têm qualquer demanda específica ao sistema formal da educação, principalmente quando se trata de profissionais de nível médio.”⁶ E provou também, segundo o mesmo autor, a falácia da escassez de mão-de-obra qualificada que sempre se prestou a todos os propósitos.

Parece verdade incontestável que as oportunidades ocupacionais que se abrem nem sempre estão diretamente relacionadas com a formação técnica. Por outro lado, pesquisas revelam o interesse crescente das empresas com a escolaridade básica e geral de seus novos empregados e elas mesmas estão assumindo o papel de treinadores da mão-de-obra “on the job”. O fato nos obriga às seguintes reflexões: primeira, a considerar pelos dados da pouca eficiência do sistema regular, grande parte da população brasileira ficará sem acesso ao trabalho organizado, já que poucos atingiram o nível mínimo de escolarização para superarem o processo seletivo. Se as empresas efetivamente estão selecionando pela escolaridade básica, está se criando um lamentável sistema discriminatório e que, até certo ponto, está sendo incentivado pelos que se opõem à seleção por competências técnicas e ao próprio desenvolvimento dessas competências; segunda, a reconhecida escassez de mão-de-obra dos setores organizados da economia não alterou e nem pode alterar a dimensão técnica do trabalho. As habilidades aplicadas ao trabalho continuarão existindo no formal, no informal, nas atividades domésticas e pessoais ou em qualquer lugar onde se precisa de ação humana. O fulcro da questão reside no tipo de aprendizado a que se submetem os treinando. Como mostram CASTRO e SOUZA,⁷ a questão é do “aprender a fazer” e do “aprender a aprender”. Realmente as instituições de formação profissional se preocupam muito mais com o aprender a fazer que é um tipo de educação voltada para o domínio de operações físicas e mentais com ênfase no desempenho de tarefas. A ótica é invertida quando se trata da educação humanista. Contudo, essas distinções são apenas teóricas. Deve-se buscar o verdadeiro ponto de equilíbrio entre as duas tendências e repudiar severamente o fazer mecânico, reflexão, cabe à sociedade brasileira, em geral, propugnar pela universalização da educação fundamental e pelo acesso de toda a população a níveis mais elevados no processo educacional. A profissionalização ou a preparação para o trabalho deve ter um caráter complementar e optativo a nível de decisão e de escolha consciente dos indivíduos e não como vem acontecendo, forma escapatória e discriminativa oferecida aos evadidos do sistema de educação geral e que buscam, na ocupação, um recurso de sobrevivência num mercado a cada dia menos receptivo e mais exigente.

ALTERNATIVAS E TENDÊNCIAS A BUSCA DE CAMINHOS

Ser ou não ser, esta é a questão. A frase célebre se aplica muito bem neste ponto da análise. As instituições de formação profissional, ou mais especificamente o Senac, atingiram um ponto crítico. Formação profissional passou a ser um termo profundamente discutível e não bem aceito. Substitutivos foram sendo criados na expectativa de se quebrar a frieza da relação homem-profissão. Assim, pensou-se em desenvolvimento profissional, preparação para o trabalho, orientação para o trabalho, preparação para o emprego, dentre outros. Com efeito, o aprofundamento na compreensão da realidade institucional veio a exigir uma reinterpretação no modo de ver essa realidade. A realidade se configurou em emprego, com baixos salários, pouca escolaridade da população, nenhuma organização social e muita mobilidade ocupacional, se pensarmos apenas nos indicadores mais evidentes. A internalização desses novos conceitos de formação profissional se faz importante mas deve refletir-se na prática e nas posturas técnicas que serão assumidas ou, então, se estará mudando o rótulo do mesmo produto.

Historicamente a formação profissional era privilégio de Senac, Senai, das Escolas Técnicas Federais e algumas poucas escolas particulares. A partir de 1971, a formação profissional passou ao lugar-comum da educação brasileira. De alguma forma, o ensino brasileiro pretendeu reproduzir os modelos das escolas profissionais, desconhecidas e estigmatizadas pela maioria dos educadores brasileiros eram “as escolas dos filhos dos outros”. Até então, não se observava a preocupação dos estudiosos com as inadequações e vícios do sistema de formação profissional. Talvez que nesta indiferença, funcionassem determinados mecanismos preconceituosos. A verdade, deve-se reconhecer, é que a formação profissional se distanciou da realidade do trabalho e de sua inserção no contexto maior da sociedade. Sabe-se que toda reflexão provocada intimamente pela existência de um problema e as análises reflexivas geradas da crítica externa abriram as instituições para a busca de soluções inesperadas.

Algumas das tendências hoje observadas levam à conclusão de que se pretende alcançar formas de aproximação mais efetivas com grupos profissionais, empresários, trabalhadores e comunidade. Canais de

informação estão sendo tentados para maior sintonia com os elementos da sociedade. Programas de ação social, programas culturais, em aberto, movimentos comunitários, campanhas, concursos, associativismo etc. são caminhos hoje buscados, pelo menos pelo Senac, sem que se tenha maiores preocupações com a passagem de técnicas de trabalho e com o desenvolvimento de habilidades específicas. Se por um lado essas ações conflitam com a tradição histórica e com a definição legal da instituição, de outro, elas respondem a algumas das necessidades dos grupos populacionais mais carentes e não impedem outras formas de ações mais voltadas para as técnicas de trabalho.

Neste caso, das ações de formação e qualificação profissional, algumas tentativas já se concretizam. O sentido da abrangência da formação profissional, por exemplo, está sendo revisto. A preocupação, hoje, é de se voltar a estruturar cursos e outras iniciativas de treinamento e aperfeiçoamento de trabalhadores não apenas em termos técnicos e operacionais mas com conteúdos básicos e instrumentais. Esses conhecimentos devem compor a grade curricular permitindo uma formação mais sólida e mais fundamentada nas teorias científicas do conhecimento.

Outra tendência é a desformalização do sistema. Entende-se por desformalização todos os esforços para quebra do rigor nos pré-requisitos, sobretudo de escolaridade; o estudo das programações eliminando-se o detalhismo exagerado, as operações mais sofisticadas e os conhecimentos memorativos e não funcionais; a captação das inovações do mercado de trabalho e a eliminação de programações defasadas ou que deixaram de refletir a realidade; o planejamento curricular por grandes áreas. Os currículos de formação profissional devem ter características e composições variadas para se ajustarem a diferentes clientela, sejam elas destinadas ao setor formal, com todas as suas diversidades, ou ao informal.

Quanto às metodologias aplicadas à formação profissional seria de boa política a aplicação de mais recursos em pesquisa e investigações para obtenção de resultados a curto prazo. Algumas adaptações estão sendo experimentadas, todas elas em torno de metodologias globalizadoras e integradoras. Usa-se, de alguma forma, o ensino individualizado e personalizado e buscam-se formas de aplicação de metodologias criativas, como é o caso do ensino por descoberta.

É óbvio que qualquer mudança mais efetiva nos rumos da formação profissional e das instituições que a ela se dedicam, implicaria que a própria formação profissional estivesse melhor contextualizada na sociedade brasileira e que o trabalho ganhasse maior significância e organicidade no sistema produtivo.

Enquanto nada disto acontece, é indispensável que se continue refletindo profundamente no significado social político de se dar a alguém formas de trabalho e expressão e de se dar ao trabalhador a consciência clara de seu importante papel na sociedade.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. O desafio educacional. Brasília: MEC, 1983.

BREJON, M. Recursos humanos: ensino técnico e desenvolvimento – uma perspectiva brasileira. São Paulo: Pioneira, 1968.

CASTRO, C.; SOUZA, A. Mão-de-obra industrial no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

LAGO, L. A. et al. Um projeto para o ensino no Brasil. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1981. Cad. Especial.

LEGRAND, P. Significados da educação permanente. In: _____. Senac e a educação permanente. Rio de Janeiro: SENAC, DN, 1974.

MANHEIM, K. Diagnóstico do nosso tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SAVIANI, D. Educação do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1980.

NOTAS

1 CASTRO, C.; SOUZA, A. Mão-de-obra industrial no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

2 MANHEIM, K. Diagnóstico do nosso tempo. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 10.

3 LEGRAND, P. Significados da educação permanente. In: _____. Senac e a educação permanente. Rio de Janeiro: SENAC, DN, 1974.

4 CASTRO, C.; SOUZA, A. (1974) op. cit.

5 BRASIL. Leis, Decretos. Lei n. 5692 de 11 de agosto de 1971. Diário Oficial da União, Brasília, 12, ago. 1971. p. 6377. Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e das outras providências.

6 SALM, Cláudio. Boletim do Economista, v. 3, n. 10.

7 CASTRO, C.; SOUZA, A. (1974) op. cit.

* Mestre em Educação pela UFRJ, especialista em Educação de Jovens e Adultos e Educação a Distância.

Integrou o corpo técnico do Departamento Nacional do Senac de 1965 a 1993, exercendo inúmeras funções relacionadas à área da Formação Profissional. Atualmente, é coordenadora da disciplina Educação de Jovens e Adultos do Núcleo de Educação a Distância da SEDERJ da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Consultora Pedagógica do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Rio de Janeiro (SENAR-AR/RJ).

E-mail: edmeesalgado@ig.com.br